

Os Regimentos Portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz



*Aureliano Pinto de Moura**

Resumo: Relato da trajetória de três regimentos portugueses trazidos para o Brasil no século XVIII, origem de algumas das mais tradicionais unidades do Exército brasileiro.

Palavras-chave: Regimentos de Infantaria de Moura, Bragança e Estremoz, Böhm, organização do Exército.

Várias foram as organizações militares portuguesas mandadas para o território de ultramar, na América, para a sua defesa.

Em 1549, desembarcaram no Brasil, junto com Tomé de Souza, 600 voluntários dos quais pouco se sabe de sua organização. Não há documentos seguros sobre a vida militar no Brasil dessa época.

Ao seguir para o Rio de Janeiro, em 1567, Estácio de Sá fez-se acompanhar por alguns infantes que vieram a organizar-se como Terço do Rio de Janeiro (o velho). Mais tarde, por Carta Régia de 23 de outubro de 1749, essa unidade foi transformada em Regimento do Rio de

Janeiro (o velho) e, em 1793, desdobrada em três regimentos.

No século XVII, as forças existentes em território brasileiro “são formadas na própria colônia. Apareceram os terços de brancos, de pretos, de pardos e de índios”.

Por provisão de D. Fradique de Toledo Ozório, em 22 de junho de 1625, organizou-se o Terço da Bahia, que veio, pela Carta Régia de 9 de outubro de 1749, a denominar-se 1º Regimento de Infantaria de Linha, extinto em 1800 (1808?).

Ao chegar em Recife, em 1629, Matias de Albuquerque encontrou naquela cidade apenas 130 homens mal-armados.

Para Recife, Pernambuco, em 1636, seguiu o Terço Napolitano, sob o comando do Conde Bagnuoli, mais tarde substituído por Heitor de la Coche “que veio da metrópole provido da respectiva patente”. Essa

* General-de-Divisão Médico. Sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Comunicação apresentada em 14 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

tropa destacou-se durante as Guerras Holandesas, no Nordeste brasileiro. O Terço Napolitano teve sua extinção decretada em 1742.

Em 1699, quatro Companhias de Infantes seguiram de Lisboa para o Rio de Janeiro, para aumentar as “forças pagas”, ficando como guarnição dos fortes (Carta Régia de 29 de setembro de 1699). Esses infantes vieram a constituir o Terço do Rio de Janeiro (o novo), que deu origem ao 2º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro (o novo).

No século XVIII, a maior força militar no Brasil estava localizada na Bahia. Eram oito Regimentos de Ordenança, que foram extintos em 1739.

Em 4 de maio de 1753, são mandados, de Portugal, dois Regimentos de Infantaria de Linha, com destino a Belém do Pará, onde chegaram em 19 de julho. O 1º Regimento permaneceu em Belém, enquanto o 2º foi enviado para Macapá, no Amapá. Ambos os Regimentos passam a denominar-se, a partir de 1807, 1º e 2º Regimento de Infantaria, respectivamente.

Gustavo Barroso fala da chegada “à capital do Brasil do 1º Regimento de Infantaria do Porto” vindo da metrópole. Pela documentação consultada, não foi encontrado registro da presença desse regimento em ultramar.

Após a Independência do Brasil, dois Regimentos, de Belém e de Macapá, foram dissolvidos (1823) e seus efetivos passaram a constituir o Regimento de Infantaria Imperial, com sede na capital do Pará. No ano seguinte, essa organização militar foi extinta e seus efetivos passaram a constituir os 24º e 25º Batalhão de Caçadores

recém-criados. Contaram, para isso, com os efetivos do Regimento de Infantaria de Estremoz, vindos do Rio de Janeiro.

Em 4 de maio de 1831, dá-se a fusão dessas duas unidades, recebendo a denominação de 16º Batalhão de Caçadores, que, a partir de 4 de fevereiro de 1833, recebeu nova numeração. Passa a denominar-se 5º Batalhão, tendo sido extinto em 22 de fevereiro de 1839.

A Cisplatina, o Rio Grande do Sul e a Ilha de Santa Catarina, em 1763, estavam em poder da Espanha. Portugal não atendera às exigências francesas e espanholas de fechar seus portos ao comércio inglês, provocando declaração de guerra, em abril de 1762.

Em julho desse ano, chegou a Lisboa o Conde Lippe, a chamado do rei D. José I, acompanhado de outros militares de várias nacionalidades. Dentre eles, estavam os coronéis João Henrique Böhm e Diogo Jacques Funck.

No ano seguinte, 1763, foi nomeado Vice-Rei do Brasil Antônio Álvares da Cunha, 1º Conde da Cunha, tendo assumido o cargo em 19 de outubro, no Rio de Janeiro, agora capital do Brasil.

Ao inspecionar a guarnição local, encontrou as tropas em “estado calamitoso”. As fortalezas, necessitando reparações urgentes, assim como as peças de artilharia. A tropa estava reduzida, sem forças regulares, sem a disciplina desejável. A maioria dos soldados eram filhos da terra ou açorianos, muitos dos quais doentes ou indolentes.

Informando a situação a Lisboa, solicitou o envio de tropas do Reino “porque sem

tropas regulares ou de linha não poderia defender as terras brasileiras”. Pediu, ainda, o envio de oficiais portugueses “para reorganizarem a guarnição, bem como um reforço de tropas do reino, para a defesa da nova capital” e propiciar condições de luta no Sul. Cinquenta oficiais portugueses chegaram ao Rio de Janeiro em 1764.

Diante do quadro apresentado pelo vice-rei do Brasil, D. José I designou o então Marechal-de-Campo João Henrique Böhm como “Encarregado do Governo e Comandante de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em qualquer parte de Brasil onde se encontrassem, e da inspeção geral delas”. Em Carta Régia de 22 de junho de 1767, promoveu-o a tenente-general. Logo em seguida, o General Böhm embarcou para o Brasil na companhia do então Brigadeiro Diogo Jaques Funck e outros oficiais.

Durante o primeiro semestre de 1767, chegaram ao Rio de Janeiro as tropas expedicionárias portuguesas, conforme solicitação do vice-rei e determinação do Marquês de Pombal. Eram os Regimentos de Infantaria de Moura, de Estremoz e de Bragança, além de um trem de artilharia completo. Os regimentos de Estremoz e Bragança deixaram parte de seus efetivos em Portugal.

O Regimento de Moura, também chamado de Elvas (Pizarro), vinha comandado pelo Brigadeiro Antônio Carlos Furta do de Mendonça; o de Estremoz, pelo Coronel José Raimundo Chichorro da Gama Lobo; e o de Bragança, pelo Coronel Francisco de Lima e Silva (tio-avô do Duque de Caxias).

Esses três regimentos têm suas origens nos Terços de Moura (1641), de Estremoz (1661) e de Bragança (1664).

A partir de 24 de novembro de 1707, os terços portugueses passaram a denominar-se Regimentos de Infantaria.

Em 1762, por decreto de 20 de abril, os Regimentos de Infantaria de Moura e o de Bragança tiveram seus efetivos reduzidos em um batalhão (o 2º) e passaram a constituir o 2º Regimento de Infantaria de Moura e o 2º Regimento de Infantaria de Bragança. O 2º Regimento de Moura não teve longa duração. No ano seguinte, os 1º e 2º Regimentos foram reunificados.

Esses regimentos tinham sua organização baseada no Regulamento de 1763, que reformulara o Exército português conforme diretrizes do Conde Lippe. Possuíam oito companhias, com 101 homens cada uma, e um efetivo total da unidade igual a 862 militares.

As lutas entre portugueses e espanhóis pela posse de território na Cisplatina e em São Pedro do Rio Grande eram uma constante naquela época. A culpa pelo insucesso da demarcação das fronteiras estabelecidas em 1750 entre as duas metrópoles em suas colônias foi atribuída aos padres jesuítas.

Após um pequeno período de paz, foi assinado em Sacramento o Tratado de 1761, reafirmando a validade da linha de Tordesilhas e reconhecendo a soberania lusitana. Esse fato de nada serviu. Já no ano seguinte dava-se novo confronto no Prata. Portugal era pressionado pelos ingleses, enquanto os espanhóis recebiam o apoio da França e de Nápoles.

Ceballos, governador de Buenos Aires, atacou Sacramento, em julho de 1762, com 6.000 homens e prosseguiu para o norte conquistando o porto de Rio Grande e atravessando o canal, dominando suas duas margens.

Nesse momento, o Tratado de Fontainebleau é assinado, restituindo aos portugueses todos os seus territórios coloniais na América, na África e na Ásia. A Espanha, entretanto, devolveu Sacramento mas permaneceu em Rio Grande.

Sob a liderança de José Custódio de Sá Farias, governador do Rio Grande, reiniciaram as lutas pela reconquista do território ocupado pelos espanhóis. Por sua vez, Don Juan Vertis y Salcedo, governador de Buenos Aires, marchou para o norte em direção a Bagé e Rio Pardo. A situação tornou-se crítica.

Essa situação levou Portugal a procurar reforçar suas tropas em terras brasileiras. Por isso, seguiram para o Brasil os três regimentos. A chegada dessas unidades ao Rio de Janeiro deu margem a grandes desentendimentos entre o Marquês do Lavradio, vice-rei, e o General Böhm, pelas condições em que se encontravam as referidas unidades, bem como pelas dificuldades encontradas para aquartelar a tropa. Inicialmente, ficaram aboletados até em casas de família, criando inúmeros problemas.

Seus efetivos recrutados em Portugal albergavam criminosos, desertores retirados das prisões, velhos, enfermos e outros desqualificados. O armamento deixava a desejar. Fazia-se necessária a sua substituição e o seu reacompanhamento. As barracas, já usadas em quatro campanhas na Europa

e nos exercícios mandados realizar pelo Conde de Lippe, estavam em mau estado. Eram as piores possíveis, mas eram as disponíveis. Só mais tarde foram substituídas.

Passado algum tempo, o Regimento de Moura foi aquartelado na Ponta do Calabouço; depois, no Arsenal de Guerra (hoje Museu Histórico Nacional), no Largo do Moura; o Regimento de Bragança ficou aquartelado na Rua dos Quartéis da Armada (mais tarde, Rua do Bragança); e o Regimento de Estremoz aquartelou na área portuária.

Em 1774, os regimentos seguem para o Sul, com a missão de reconquistar o território ocupado. Essa tropa era conhecida como os “Regimentos da Europa”, embora o Regimento de Moura já tivesse sido alcinado de Gaturamo, um pássaro amarelo e azul, cores do seu uniforme.

Os problemas dos regimentos não pararam por aí. Começaram as deserções. No Regimento de Estremoz isso aconteceu, em maior número, dentre os soldados novos já nos primeiros dias da chegada, tão logo a oportunidade apareceu. Ao seguirem para o sul, permaneceram no Rio de Janeiro as praças velhas e os enfermos.

Com os 6.700 homens de que dispunha, o General Böhm tratou de avançar de Laguna, Santa Catarina, onde se encontrava, para o Rio Grande. Seu objetivo era reconquistar não só a margem sul do canal como também a vila de São Pedro do Rio Grande.

Desencadeou o ataque em 31 de março de 1778, com sucesso. A tropa foi empregada em três colunas, conquistando os fortes que estavam em poder dos es

panhóis. Apenas o Forte da Barra exigiu maior esforço.

A primeira coluna foi constituída pelo Regimento de Estremoz e pelo 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro; reconquistaram o Forte de Mosquito; a segunda coluna, constituída pelos Regimentos de Moura e de Bragança, responsabilizou-se pelo ataque principal. Avançando à noite, conquistou o Forte de Trindade e o de Mangueira. De posse dessas fortificações, a tropa portuguesa utilizou-se dos canhões inimigos capturados para bombardear a esquadilha naval espanhola, surta nas proximidades.

Em prosseguimento, no dia 1º de abril, a segunda coluna conquistou ainda os fortes Novo e da Barra. Foi, então, dado um ultimato aos espanhóis que nada puderam fazer a não ser abandonar a vila de Rio Grande, na madrugada do dia seguinte.

Chegaram na região, neste momento (1776), alguns recrutas açorianos, destinados aos Regimentos de Moura e Estremoz.

Os três regimentos portugueses retornaram ao Rio de Janeiro, em 1778, cobertos de glórias. Havia cumprido sua missão, reconquistando as terras portuguesas no Sul do Brasil.

Para reforçar a guarnição de Vila Rica, o Regimento de Estremoz foi enviado para Minas Gerais, a fim de fazer face à Conjuração Mineira, com a qual o comandante do regimento de cavalaria local, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, estavam envolvidos.

Abortada a conjuração, condenados seus líderes, 21 de abril de 1792 foi a data

estabelecida para o enforcamento de Tiradentes, protomártir da Independência brasileira. Nesse dia, lá estavam os Regimentos de Estremoz e de Moura.

Esse 21 de abril “foi um belo sábado de sol radioso”. O Conde de Rezende havia ordenado que tudo se fizesse para tornar aparatosa a execução do Alferes Silva Xavier.

Soldados do Regimento de Moura, em uniforme de gala, postavam-se em duas alas ao longo da Rua da Cadeia (hoje da Assembléia) e Rua do Piolho (hoje da Carioca) até o Largo da Lampadosa (ou São Domingos). Nesse local, o Regimento de Estremoz mais os 1º e 2º de Granadeiros formavam um triângulo em torno do patíbulo. Nas imediações do Largo de São Francisco, permanecia o Regimento de Artilharia. Tudo sob o comando do Brigadeiro Pedro Alves de Andrade.

O Regimento de Cavalaria e o grosso da tropa do Regimento de Moura guardavam o palácio do vice-rei.

Tiradentes foi da prisão até o patíbulo escoltado por soldados do Regimento de Moura, precedido por alguns cavalarianos. Para alguns teria seguido a pé, para outros em uma carreta tracionada por alguns forçados, “ainda com correntes nos pés”.

Fechavam o cortejo elementos do Esquadrão de Cavalaria do Vice-Rei. No Largo da Lampadosa, o Regimento de Estremoz aguardava o prisioneiro.

Terminada a escolta, entregue o condenado, os soldados do Regimento de Moura retornaram ao palácio do vice-rei.

Enforcado Tiradentes, seu corpo foi esquartejado e os pedaços, após serem

salgados, distribuídos ao longo da estrada para Vila Rica.

O Regimento de Estremoz, retornando ao Rio de Janeiro, permaneceu aquartelado em Parati e Ilha Grande, e parte de seu efetivo voltou ao Sul. Assim permaneceu por quatro anos, quando foi reagrupado no Rio Grande, onde permaneceu até 1802, ano em que retornou ao Rio de Janeiro.

O Regimento de Moura, cumprida a missão no Sul, voltou ao Rio de Janeiro com a denominação alterada para 3º Regimento de Infantaria, após absorver efetivos dos Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro, conforme determinou a Carta Régia de 23 de outubro de 1793. Passou a ter dez companhias.

O Regimento de Bragança tornou à Corte, dividido em dois. O 1º e o 2º Regimentos de Infantaria, a dez companhias cada um. Para isso, os novos regimentos receberam também efetivos dos Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro.

Com a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil, em virtude da invasão napoleônica, o Príncipe Regente D. João, ao chegar no Rio de Janeiro, ordenou a invasão da Guiana Francesa. Coube ao 3º Regimento de Infantaria (o Moura) a importante missão. A unidade retornou vitoriosa ao Rio de Janeiro.

Em 1818, decidida nova organização, o 3º Regimento de Infantaria teve suas duas companhias de caçadores e duas de granadeiros reunidas a suas correspondentes dos 1º e 2º Regimentos de Infantaria, oriundos do Bragança. Essas companhias passaram a constituir os batalhões de caçadores e de granadeiros. Ao perderem

essas quatro companhias, os três regimentos passaram a denominar-se Batalhão de Fuzileiros da Corte, constituídos de um estado-maior e um estado-menor, e apenas seis companhias.

Ao entrar o ano de 1822, o movimento de independência no Brasil tomou vulto. As tropas foram se envolvendo, os comandantes tomando posição. A situação era delicada. O General Avilez, comandante das tropas portuguesas, chegou a tramar, no 3º Batalhão de Fuzileiros da Corte, oriundo do Regimento de Moura, o seqüestro do Príncipe Regente.

Os 1º e 2º Batalhão de Fuzileiros da Corte, oriundos do Bragança, declararam-se solidários a D. Pedro. O Regimento de Estremoz permaneceu uma incógnita. Não tomou partido. Permaneceu em silêncio.

Logo após a Independência, o Regimento de Estremoz foi enviado para Belém do Pará, onde foi dissolvido; seu efetivo, juntamente com o do Regimento Imperial do Pará, iriam constituir os 24º e 25º Batalhões de Caçadores, depois 5º e 16º Batalhões, extintos em 1839. Nada mais se falou sobre o Regimento de Estremoz no Brasil.

Após a Independência, os batalhões de fuzileiros da Corte passaram a denominar-se batalhões de caçadores, de acordo com a *Tabela de Nova Organização*, publicada em 18 de outubro de 1822.

O 1º Batalhão de Fuzileiros passou a ser o 2º de Caçadores; o 2º de Fuzileiros, o 3º de Caçadores; e o 3º de Fuzileiros, o 4º de Caçadores. Os dois primeiros oriundos do Bragança e o último, do Moura.

Partindo desses três batalhões de caçadores é possível acompanhar a trajetória

dessas cinco unidades brasileiras, herdeiras das tradições e glórias dos regimentos portugueses.

2º BATALHÃO DE CAÇADORES

O 2º Batalhão de Caçadores da Corte, criado em 1822, passou, logo após a Independência, a denominar-se apenas Batalhão de Caçadores (1824), permanecendo no Rio de Janeiro, e vindo a ser desativado (extinto?) em 1832.

Dez anos após, essa unidade veio a ser reativada como 1º Batalhão de Fuzileiros. Com esta denominação, em 1865, seguiu para o teatro de operações no Sul do Império, para integrar as tropas brasileiras que seguiriam para os campos de batalha da Tríplice Aliança.

Como tropa embarcada no navio *Jequitinhonha*, participou da maior batalha naval de nossa história militar, em Riachuelo, no Rio Paraná.

Como tropa de linha, tomou parte em inúmeros combates: em Tuiuti, integrando a Divisão Encouraçada, comandada pelo Brigadeiro Antônio Sampaio; lutou também em Itá-Ivaté, Piquissiri, Itororó, Peribeubú e Campo Grande, nomes gravados a ouro em seu estandarte de guerra.

Terminado o conflito, retornou para o Rio de Janeiro e passou a ser o 1º Batalhão de Infantaria Pesada, denominação que permaneceu até 1888.

Em 15 de novembro de 1889, no momento em que o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca proclamava a República, lá estava o 1º Batalhão de Infantaria, no Campo de Santana, integrando

as tropas que asseguraram aquele ato histórico.

Nas reformas de 1908, três companhias do 20º Batalhão de Infantaria Leveira, de Goiás, foram reunidas a outras três do 7º Batalhão de Infantaria, vindas do Desterro, em Santa Catarina, e incorporadas ao 1º Batalhão de Infantaria, passando a constituir o 1º Regimento de Infantaria, com sede no Rio de Janeiro. Isso posto, a nova organização militar, oriunda do Regimento de Bragança, herdou as tradições do 20º Batalhão de Caçadores, de Goiás, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, participando do histórico episódio imortalizado pelo Visconde de Taunay, em sua obra *A Retirada da Laguna*. Da mesma forma, herdou as tradições do não menos glorioso 7º Batalhão de Infantaria, oriundo do 7º Batalhão de Fuzileiros, do Desterro, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, que se destacou na retomada de Uruguaiana e depois nos combates de Passo da Pátria, Estero Bellaco, Tuiuti, Potrero Obella, Tayi, Estabelecimento, Humaitá, Itororó, Lomas Valentinas, Peribeubú e Campo Grande.

Terminada a guerra, permaneceu em território paraguaio como tropa de ocupação.

Em 1897, vamos encontrar o 7º Batalhão na Campanha de Canudos, constituindo a vanguarda das tropas do Coronel Moreira César e, depois, nas operações de cerco, integrando uma das colunas sob o comando do General Artur Oscar.

As glórias do 1º Regimento de Infantaria não ficam por aí. Constituída a Força Expedicionária Brasileira para comba-

ter ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial, foi ele um dos três regimentos integrantes da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Combateu em Monte Castelo, no vale do Rio Panaro, em Montese e no médio Panaro. Participou das operações finais para o corte da retirada das tropas alemãs e italianas, no vale do Rio Pó.

Em reconhecimento às suas tradições de glórias, em 1949, recebeu a denominação histórica de Regimento Sampaio.

Com as reformas de 1972, teve seu efetivo reduzido para apenas um batalhão, passando a denominar-se 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola).

Em 1995, o Regimento Sampaio foi mandado constituir a Força de Paz da ONU (UNAVEM III) em Angola, onde permaneceu até 1996.

O Regimento Sampaio é, hoje, um dos orgulhos da Infantaria brasileira. É das poucas unidades do Exército Brasileiro cujo estandarte ostenta a Ordem do Cruzeiro do Sul, pela sua atuação nas operações em terras paraguaias, honraria concedida pelo Imperador D. Pedro II e recebida das mãos do Comandante das Forças Brasileiras, Marquês de Caxias, em Tuiuti, em 15 de março de 1867.

3º BATALHÃO DE CAÇADORES

Essa organização militar permaneceu no Rio de Janeiro, tendo sua numeração alterada várias vezes. Viria a ser o 1º Batalhão de Caçadores, em 25 de agosto de 1832, o 5º em 28 de fevereiro de 1839, e o 11º em abril de 1851.

No ano seguinte, em 30 de novembro, recebeu a denominação de 10º Batalhão de Infantaria Leve e foi como tal que partiu para a guerra, integrando as forças brasileiras na Guerra da Tríplice Aliança, contra a República do Paraguai.

O 10º Batalhão de Infantaria Leve destacou-se durante todo o conflito em terras guaranis. Demonstrou bravura na invasão do território paraguaio, sob o comando do General Osório, em Passo da Pátria e em Tuiuti, importante batalha que abriu o caminho para Humaitá, ponto forte da defesa inimiga.

Durante a Dezenbrada, após a brilhante manobra de flanco executada pelo Marquês de Caxias através do Chaco paraguaio, o 10º Batalhão mais uma vez demonstrou seu valor nos combates de Itoró, Avaí e Lomas Valentinas.

Retornou ao Rio de Janeiro em 1876, onde, a partir de 18 de agosto de 1888, teve seu efetivo reduzido a apenas quatro companhias.

Com a grande reforma do Exército Brasileiro, em 4 de junho de 1908 recebe quatro companhias do 38º Batalhão de Infantaria, de Niterói, e mais uma do 32º Batalhão, de Vitória, passando a constituir o 2º Regimento de Infantaria, com sede no Rio de Janeiro. Com essa nova formação, herdou para si as tradições de guerra do 38º Batalhão de Infantaria, destacada unidade do Exército Brasileiro que se cobriu de glórias nos combates contra os seguidores de Antônio Conselheiro, na Insurreição de Canudos, em 1897.

Em 1921, o 2º Regimento recebeu, para integrá-lo, a 2ª Companhia de

Metralhadoras Pesadas, oriunda da 6ª Companhia de Metralhadoras de Rio Claro, São Paulo.

Durante a Revolução Constitucionalista, em 1932, o 2º Regimento foi chamado a integrar as forças legais que se deslocaram para São Paulo.

Três anos depois, foi empregado contra o quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, para pôr fim à Intentona Comunista.

Iniciada a Segunda Guerra Mundial, algum tempo depois os submarinos alemães e italianos chegaram às costas brasileiras, torpedeando navios aliados e brasileiros. Em resposta às nações do Eixo, o Brasil declarou-lhes guerra. Criou-se a Força Expedicionária Brasileira para combater no teatro de operações do Mediterrâneo, integrando o V Exército norte-americano. Trezentos homens do 2º Regimento de Infantaria foram mandados recompletar os claros do 1º Regimento, integrante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Em 1956, coube ao 2º Regimento de Infantaria, com um de seus batalhões, constituir o Batalhão Suez, que seguiu para a Faixa de Gaza como integrante das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas.

Como reconhecimento pelas suas tradições de guerra, o 2º Regimento de Infantaria, até então conhecido como o Dois de Ouro – alusão ao seu brasão – recebeu, em 1967, a designação histórica de Regimento Avaí.

Nesse mesmo ano, perdeu dois de seus batalhões, passando a denominar-se I/2º Regimento de Infantaria.

Em 7 de novembro de 1972, passou a integrar o Grupamento de Unidades Escolas, 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, como 2º Batalhão de Infantaria (Escola), na Vila Militar.

4º BATALHÃO DE CAÇADORES

Com a Independência, foi elaborada a *Tabela de Nova Organização*, que transformou o 3º Regimento de Fuzileiros da Corte em 4º Batalhão de Caçadores, com sede no Rio de Janeiro.

Em 1824, eclodiu em Pernambuco o movimento republicano, separatista, conhecido como a Confederação do Equador. Para combatê-lo, partiu do Rio de Janeiro a 3ª Brigada de Infantaria, sob o comando do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do Duque de Caxias). Integrandos essa brigada, lá estava o 4º Batalhão de Caçadores.

No ano seguinte, vamos encontrar o 4º Batalhão, agora de Infantaria Ligeira, participando da guerra contra a Argentina (1824-1828), onde destacou-se de maneira marcante no combate de Passo do Rosário, retornando para o Rio de Janeiro somente em 1832.

Novas denominações foram sendo dadas a esta unidade. Por decreto de 2 de agosto de 1832, passou a denominar-se 2º Batalhão de Caçadores; em 19 de abril de 1851, passaria a 10º Batalhão e, no ano seguinte, em 30 de setembro, denominar-se-ia 9º Batalhão de Caçadores, com sede em Recife.

Ao deflagrar-se a Guerra da Tríplice Aliança, o 9º Batalhão seguiu para o teatro

de operações, integrando a 9ª Brigada de Infantaria. Permaneceu no teatro de operações por cinco anos, participando de inúmeros combates onde sempre foi destaque. Na batalha naval de Riachuelo, combateu como tropa embarcada. Prosseguiu combatendo em Potrero Obella, Tayi, Estero Bellaco, Piquissiri, Avaí, onde tombou seu comandante, o Tenente-Coronel Francisco de Lima e Silva, atual patrono do 62º Batalhão de Infantaria, de Joinville. Assumiu, então, o comando do Batalhão o Major Floriano Vieira Peixoto, futuro presidente da República. Sob este comando, o 9º Batalhão participou dos combates de Lomas Valentinas, Itá-Ivaté, Angostura, Peribebeú, Campo Grande e, por fim, esteve presente em Cerro Corá, onde tombou o Marechal Francisco Solano López, presidente do Paraguai, dando fim à guerra.

O 9º Batalhão retornou ao Brasil em 1870, tendo como destino Recife. Agora, com a denominação de Batalhão de Infantaria Ligeira. Permaneceu na guarnição até 1888, quando foi transferido para Salvador, na Bahia, com a denominação de 9º Batalhão de Infantaria (Decreto 10.015, de 18 de agosto de 1888).

Foi esse 9º Batalhão de Infantaria que, nos idos de 1896-1897, participou ativamente de todas as operações contra a insurreição de Canudos, no sertão baiano. Uma de suas companhias, sob o comando do Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, constituiu a primeira expedição, travando encarniçado combate corpo a corpo com os jagunços, em Uauá, em 21 de novembro de 1896. Contribuiu com a maioria do efetivo da segunda expedição, sob o co-

mando do Major Febrônio de Brito. Eram, ao todo, quinhentos homens armados de *Comblain* e *Mannlicher*, mais dois canhões *Krupp* e duas metralhadoras *Nordenfeld*, que enfrentaram os insurretos no combate de Mulungu, por cinco horas e, no dia seguinte, foram levados a enfrentar cerca de quatro mil jagunços, dos quais oitocentos ficaram no campo de batalha.

Um mês depois, retornou o 9º Batalhão de Infantaria, agora com todo o seu efetivo, sob o comando do Coronel Tamarino, integrando a Brigada do Coronel Antônio Moreira César. Constituindo a ala direita da Brigada, o 9º Batalhão investiu contra Canudos. Lamentavelmente, após sete horas de combate encarniçado, tombou mortalmente ferido o Coronel Moreira César, tendo o Coronel Tamarino assumido o comando das operações. No dia seguinte, após violento ataque dos insurretos, foi ordenada a retirada. Uma massa humana investiu contra o 9º Batalhão e a retirada resultou em desastrosa debandada. O Coronel Tamarino caiu ferido. Foi aprisionado, empalado e degolado pelos jagunços.

Os insucessos do 9º Batalhão foram conseqüências do pouco caso que o Império tinha com suas Forças Armadas, após a Guerra da Tríplice Aliança, deixando-as sucateadas, mal-armadas e mal-equipadas. As reformas do início da República não chegaram a sanar essas deficiências.

Apesar do insucesso do Coronel Tamarino nas operações do cerco final a Canudos, lá estava o 9º Batalhão combatendo até a vitória final.

Na grande reestruturação do Exército, em 1908, foram reunidos, sob a denomi-

nação de 5º Regimento de Infantaria, os efetivos do 9º Batalhão de Infantaria, da Bahia, três companhias do 33º Batalhão de Sergipe e mais três do 35º do Piauí. Sua sede passou a ser Porto União, Santa Catarina, sendo, no ano seguinte, transferido para Ponta Grossa, no Paraná.

Por ocasião da Campanha do Contestado (1912-1916), o 5º Regimento esteve sempre presente. Sob o comando do Coronel Sebastião Basílio Pyrrho, constituiu a base da expedição mandada para aquela região, logo após o fracasso do Regimento de Segurança Pública do Paraná diante dos jagunços do “monge” José Maria. Participou ainda das expedições de dezembro de 1913 e de 1914. Nessa última, juntamente com os 4º e 6º Regimentos de Infantaria e mais o 54º Batalhão de Caçadores.

Durante estas expedições, as tropas do 5º Regimento foram destaque nos combates de Taquaruçu e Caraguatá.

Por ocasião da operação de cerco que pôs fim à insurreição, o 5º Regimento, sob o comando do Coronel Pyrrho, foi a base da Linha Oeste, impedindo a fuga dos insurretos para o oeste, e mantendo a segurança do tráfego ferroviário, um dos eixos de suprimento para as forças federais.

Após a Campanha do Contestado, em 1917, o Regimento teve sua sede transferida para Florianópolis onde, após dois anos, em 1919, foi desmembrado em três unidades: o 13º Batalhão de Caçadores, com sede em Joinville, o 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis, e o 5º Regimento de Infantaria, ao qual não foi distribuído efetivo. Assim ficou até 1925, quando foi transferido para Lorena, onde recebeu efetivo.

Durante a Revolução de 1924, o 13º Batalhão de Caçadores seguiu para São Paulo, tendo sido destaque no combate de Cambucy, onde tombou seu comandante, o Tenente-Coronel Gustavo Maria de Andrade Santiago.

Em 1930, por ocasião da Revolução que levou Getúlio Dornelles Vargas à Presidência da República, o 13º Batalhão seguiu para o Rio de Janeiro, em apoio ao movimento, comandado pelo Capitão Manoel Caldas Braga no lugar de seu comandante, preso por não haver aderido.

Na Revolução Constitucionalista de 1932, foi levado para São Paulo integrando as forças legalistas. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, um efetivo de 201 homens do 13º Batalhão de Caçadores integrou a Força Expedicionária Brasileira, recompletando as unidades integrantes da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. O 14º Batalhão também veio a contribuir com um pequeno efetivo para esse recompletamento.

Em 1972, em função da reestruturação do Exército, os Batalhões de Caçadores passaram a denominar-se: 62º Batalhão de Infantaria (o 13º BC) e 63º Batalhão de Infantaria (o 14º BC). O 5º Regimento, de Lorena, passou a denominar-se 5º Batalhão de Infantaria.

Por suas tradições históricas, o 62º Batalhão passou a denominar-se Batalhão Francisco de Lima e Silva, e o 63º, Batalhão Fernando Machado.

Neste mesmo ano, o 62º Batalhão foi agraciado com seu Estandarte Histórico e ainda recebeu a concessão de seu distintivo.

Recebeu, em 1994, a Ordem do Mérito Militar e, em 1996, foi-lhe concedido o direito do uso de seu uniforme histórico, o do Regimento de Moura.

O soldado brasileiro, formado nas lutas em defesa de sua integridade territorial durante o período colonial, nas lutas pela sua soberania, após a Independência, e em sua participação em defesa das democracias, no teatro de operações da Itália, muito deve aos soldados portugueses que aqui estiveram no cumprimento de seu dever. Temos

orgulho dessas tradições, como demonstram os estandartes, os brasões, as denominações históricas e o uso dos uniformes portugueses em suas datas festivas.

Os Regimentos de Moura, Bragança e Estremoz muito contribuíram para a formação do infante brasileiro que complementou as qualidades herdadas com as suas experiências no campo de batalha ou em operações de paz em que marcou presença após a Independência.



BIBLIOGRAFIA

- 300 Anos do Regimento Avaí, *Verde Oliva*, n. 167, ano XXVI, Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, 2000.
- ARARIPE, T. A. *Expedições Militares contra Canudos*, 2. ed., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*, 3. ed., Col. Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1987.
- CID, Antônio J.B. *Unidades de Infantaria, sua Evolução desde 1640 até a Atualidade*, Lisboa.
- DIREÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA MILITAR. Genealogia dos Corpos do Exército, 1ª Parte (Armas), Caderno de História Militar n. 13, Exército Português, Lisboa, 1991.
- DIREÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA MILITAR. Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994), Caderno de História Militar n. 24, Exército Português, Lisboa, 1994.
- FROTA, G. A. *História do Brasil – Colônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MACEDO CARVALHO, L. P. (coord.). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- MAGALHÃES, J. B. *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MARQUES, Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 1998.
- MIRANDA, Alcebiades. *Contestado*. Curitiba: Estante Paranista, IGHP, 1987.
- REGO MONTEIRO, J. C. *Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- RESUMO HISTÓRICO do 1º Batalhão de Infantaria Motorizado, Regimento Sampaio, 2000.
- RESUMO HISTÓRICO do 62º Batalhão de Infantaria Motorizado, Batalhão Francisco de Lima e Silva, 2000.
- RODRIGUES, M. A. R. “O Tenente-General Böhm e as Forças Expedicionárias para o Brasil, em 1767”, *Jornal do Exército*, ano XLI, n. 484, Lisboa, 2000.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.